

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siuffi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2170/2020-PGJ, DE 16.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Amambai, Nara Mendes dos Santos Fernandes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Promotoria de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da comarca de Caarapó, no período de 22.6 a 6.7.2020, em razão de férias da titular, Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias; e tornar sem efeito a Portaria nº 2146/2020-PGJ, de 10.6.2020, que designou o Promotor de Justiça Claudio Rogerio Ferreira Gomes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2171/2020-PGJ, DE 16.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó, no período de 22.6 a 6.7.2020, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Arthur Dias Junior; e tornar sem efeito a Portaria nº 2145/2020-PGJ, de 10.6.2020, que designou o Promotor de Justiça Ricardo Rotunno.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2172/2020-PGJ, DE 16.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 28ª Zona Eleitoral, no período de 22.6 a 6.7.2020, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Arthur Dias Junior; e tornar sem efeito a Portaria nº 2147/2020-PGJ, de 10.6.2020, que indicou o Promotor de Justiça Ricardo Rotunno.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2179/2020-PGJ, DE 16.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1989/2020-PGJ, de 2.6.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça Marcos Fernandes Sisti 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 9 a 19.12.2019, que seriam usufruídos nos dias 25 e 26.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2182/2020-PGJ, DE 16.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 21 e 22.3.2020, a serem usufruídos nos dias 10 e 15.6.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2183/2020-PGJ, DE 16.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Lia Paim Lima, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Zona Eleitoral, nos dias 10 e 15.6.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2163/2020-PGJ, DE 16.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça aposentada Maria Elisabete Dias Gaeta da Cunha a isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte e a redução do cálculo de contribuição para o Regime de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul, MSPREV, nos termos do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22.12.1988, e artigo 22, §§ 1º e 2º, da Lei nº 3.150, de 22.12.2005 (Processo PGJ/10/0794/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2184/2020-PGJ, DE 16.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/1131/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativa – Cristiane da Silva Sena, Técnica I; 2.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Técnico II.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2185/2020-PGJ, DE 16.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/1252/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativa – Cristiane da Silva Sena, Técnica I; 2.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Técnico II.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2194/2020-PGJ, DE 17.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 16.6.2020, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Tainara Inês Kotz Busatto, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2195/2020-PGJ, DE 17.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Larissa Almada Feitosa para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti, decorrente da exoneração de Tainara Inês Kotz Busatto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0100/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Sonora-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000606-8, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 04 de junho de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 2096/2020-PGJ, DE 9.6.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Claudia Regina Mendonça Evangelista, por meio da Portaria nº 180/2020-PGJ, de 20.1.2020, que seriam usufruídas no período de 15.6 a 4.7.2020, a serem usufruídas no período de 30.11 a 19.12.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 2098/2020-PGJ, DE 9.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Cristina Franco, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.6.2020, a serem usufruídas no período de 13 a 22.10.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 2099/2020-PGJ, DE 9.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Denivaldo Chastel Diniz, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.6.2020, a serem usufruídas no período de 23.10 a 1º.11.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 2100/2020-PGJ, DE 9.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Fabiana Lopes da Silva, por meio da Portaria nº 1892/2019-PGJ, de 31.5.2019, e suas modificações, que seriam usufruídas no período de 13 a 22.7.2020, a serem usufruídas no período de 3 a 12.11.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 2101/2020-PGJ, DE 9.6.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Isabela Ramos Frutuoso Delmondes, por meio da Portaria nº 2460/2019-PGJ, de 9.7.2019, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.6.2020, a serem usufruídas no período de 13 a 22.10.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2102/2020-PGJ, DE 9.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Jeferson Willian Turchiello, por meio da Portaria nº 180/2020-PGJ, de 20.1.2020, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.6.2020, a serem usufruídas no período de 3 a 12.11.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2103/2020-PGJ, DE 9.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Jerônimo Mariano da Silva, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, que seriam usufruídas no período de 13 a 22.7.2020, a serem usufruídas no período de 25.9 a 4.10.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2104/2020-PGJ, DE 9.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Luis Alexandre Figueiredo Santiago, por meio da Portaria nº 1678/2020-PGJ, de 11.5.2020, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.6.2020, a serem usufruídas no período de 10 a 19.8.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 2105/2020-PGJ, DE 9.6.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 1º.6.2020, as férias da servidora Mayara Vaz Cardeal Lima, concedidas por meio da Portaria nº 180/2020-PGJ, de 20.1.2020, com a redação dada pela Portaria nº 425/2020-PGJ, de 3.2.2020, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 5 a 7.8.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2106/2020-PGJ, DE 9.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Murilo Marquini Porto, por meio da Portaria nº 2875/2019-PGJ, de 12.8.2019, com a redação dada pela Portaria nº 1124/2020-PGJ, de 30.3.2020, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.6.2020, a serem usufruídas no período de 28.10 a 6.11.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2107/2020-PGJ, DE 9.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Natalia Arima Xavier, por meio da Portaria nº 2875/2019-PGJ, de 12.8.2019, e suas modificações, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.6.2020, a serem usufruídas no período de 8 a 17.9.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2109/2020-PGJ, DE 9.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Rafael Tosi de Carvalho, por meio da Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, e suas modificações, que seriam usufruídas no período de 25.6 a 4.7.2020, a serem usufruídas no período de 20 a 29.1.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 2108/2020-PGJ, DE 9.6.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Natália França Saraceni por meio da Portaria nº 4170/2019-PGJ, de 8.11.2019, com a redação dada pela Portaria nº 1265/2020-PGJ, de 16.4.2020, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Natália França Saraceni	2018/2019	25.11 a 4.12.2019	15.6 a 4.7.2020		

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Natália França Saraceni	2018/2019	25.11 a 4.12.2019	12 a 21.8.2020		1º a 10.7.2020

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2119/2020-PGJ, DE 9.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Thuliana Alves da Silveira, por meio da Portaria nº 891/2019-PGJ, de 14.3.2019, e suas modificações, que seriam usufruídas no período de 15 a 24.6.2020, a serem usufruídas no período de 5 a 14.4.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2120/2020-PGJ, DE 9.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Suellen Cristina Nazaré da Silva, por meio da Portaria nº 3327/2019-PGJ, de 10.9.2019, e suas modificações, que seriam usufruídas no período de 15 a 24.6.2020, a serem usufruídas no período de 11 a 20.1.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 2121/2020-PGJ, DE 9.6.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Thiago Simioli Holsback, por meio da Portaria nº 579/2020-PGJ, de 12.2.2020, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.6.2020, a serem usufruídas no período de 29.6 a 8.7.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2181/2020-PGJ, DE 16.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias remanescentes à servidora Helena Rocha Rodovalho, referentes ao período aquisitivo 2013/2014, a serem usufruídas nos períodos de 13 a 17.7.2020 e de 30.9 a 9.10.2020, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1993/2020-PGJ, DE 2.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Silvia Mara Manvailer Gomes, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18.5 a 16.7.2020, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c o artigo 19, inciso II, alínea “d”, do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, o artigo 53 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2129/2020-PGJ, DE 10.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 1764/2020-PGJ, de 19.5.2020, de forma que, onde consta “servidora Millena Alves Ferreira Gonçalves de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201”, passe a constar “servidora Millena Alves Ferreira Gonçalves de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 2130/2020-PGJ, DE 10.6.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Giulliano Miyamoto Luna, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de seu filho, a partir de 6.6.2020, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2154/2020-PGJ, DE 10.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Maria Isabelli Monteiro de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 13.6.2020, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “a”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2155/2020-PGJ, DE 10.6.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 15ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 10ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 18.6 a 15.9.2020, em prorrogação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 2/2020-CPJ, DE 17 DE JUNHO DE 2020.**

Altera a Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, que fixa atribuições das Promotorias de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, para incluir atribuições à 72ª Promotoria de Justiça de Campo Grande.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XVI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º O inciso XVI do art. 5º da Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, passa a vigorar acrescido da alínea “h”, com a seguinte redação:

“Art. 5º (...)

XVI- (...)

h) cadastrar notícia de fato e instaurar procedimento administrativo, procedimento preparatório ou inquérito civil, de ofício ou a requerimento dos interessados, bem como ajuizar ação civil pública visando à proteção e defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos relacionados às situações de violência doméstica contra a mulher no âmbito cível;” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 17 de junho de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 3/2020-CPJ, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Altera a Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, que fixa as atribuições das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para elevação, para a segunda entrância, das Promotorias de Justiça das comarcas de Anastácio e Rio Verde de Mato Grosso.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XVI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º O parágrafo único do art. 27 da Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Até a instalação da 2ª Vara das comarcas de Anastácio, Bela Vista, Iguatemi, Itaporã, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Verde de Mato Grosso e Terenos, haverá, nas referidas Comarcas, uma Promotoria de Justiça, cujo titular atuará perante sua Vara Única, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, da habitação, do urbanismo e do patrimônio histórico e cultural, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e na área eleitoral.” (NR)



Art. 2º O art. 28 da Resolução nº 18/2010-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. As Promotorias de Justiça das comarcas de Água Clara, Anaurilândia, Angélica, Bandeirantes, Batayporã, Brasilândia, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Eldorado, Glória de Dourados, Inocência, Itaquiraí, Nioaque, Pedro Gomes, Porto Murtinho, Rio Negro, Sete Quedas e Sonora têm atribuição nos feitos distribuídos aos respectivos Juízes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, do urbanismo e do patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e na área eleitoral.” (NR)

Art. 3º O Anexo Único da Resolução nº 18/2010-PGJ passa a vigorar conforme o Anexo Único desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Grande, 17 de junho de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

Anexo Único da Resolução nº 3/2020-CPJ, de 17 de junho de 2020.

I – ENTRÂNCIA ESPECIAL	
Campo Grande	1ª à 76ª Promotoria de Justiça
Dourados	1ª à 17ª Promotoria de Justiça
Três Lagoas	1ª à 9ª Promotoria de Justiça
Corumbá	1ª à 7ª Promotoria de Justiça
II – SEGUNDA ENTRÂNCIA	
Amambai	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Anastácio	1ª Promotoria de Justiça
Aparecida do Taboado	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Aquidauana	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Bataguassu	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Bela Vista	1ª Promotoria de Justiça
Bonito	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Caarapó	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Camapuã	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Cassilândia	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Chapadão do Sul	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Costa Rica	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Coxim	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Fátima do Sul	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Iguatemi	1ª Promotoria de Justiça
Itaporã	1ª Promotoria de Justiça
Ivinhema	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Jardim	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Maracaju	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Miranda	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Mundo Novo	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Naviraí	1ª à 4ª Promotoria de Justiça
Nova Alvorada do Sul	1ª Promotoria de Justiça
Nova Andradina	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Paranaíba	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Ponta Porã	1ª à 5ª Promotoria de Justiça
Ribas do Rio Pardo	1ª Promotoria de Justiça



Rio Brilhante	1ª à 2ª Promotoria de Justiça
Rio Verde de Mato Grosso	1ª Promotoria de Justiça
São Gabriel do Oeste	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Sidrolândia	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Terenos	1ª Promotoria de Justiça
III – PRIMEIRA ENTRÂNCIA	
Água Clara	Glória de Dourados
Anaurilândia	Inocência
Angélica	Itaquiraí
Bandeirantes	Nioaque
Batayporã	Pedro Gomes
Brasilândia	Porto Murtinho
Coronel Sapucaia	Rio Negro
Deodápolis	Sete Quedas
Dois Irmãos do Buriti	Sonora
Eldorado	

Campo Grande, 17 de junho de 2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

AVISO Nº 34/2020/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000807-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Selvíria - Assunto: Apurar eventual ilegalidade e consequente responsabilidade pela doação de bolsas de estudo para pessoas que, segundo denúncia anônima, não residem na cidade, não se enquadram na renda exigida, além de duas bolsas para membros da mesma família, o que é vedado, como também bolsa para filha de funcionária que faz parte da "comissão de bolsas". **2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001379-8** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual descumprimento das normas referentes à emissão de sons e ruídos por parte dos bares localizados na Vila Santo Antônio, neste município de Pedro Gomes. (IC nº 15/2016, migrado para o SAJMP). **3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001730-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Nioaque/MS - Assunto: Apurar suposta irregularidade na aplicação das verbas destinadas à reforma da Casa Abrigo de Nioaque/MS. (IC nº 07/2014, migrado para o SAJMP). **4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001843-8** - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Assunto: Apurar eventual formação de cartel e/ou adulteração de combustíveis supostamente praticado pelos postos de combustíveis da zona urbana de Nova Alvorada do Sul. **5) Inquérito Civil nº 06.2018.00002707-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Edvaldo Alves de Queiroz e outros - Assunto: Apurar irregularidades nos procedimentos licitatórios para aquisição de medicamento no mandato do ex-Prefeito Municipal, Sr. Edvaldo Alves de Queiroz, nos anos de 2005 a 2007. (IC nº 03/2014, migrado para o SAJMP). **Advogados: Carlos Alberto Almeida de Oliveira Filho, OAB/MS nº 12.353-A e Thiago de Almeida Inácio, OAB/MS nº 11.807 (ALMEIDA ADVOCACIA) e a Advogada: Mayara Lopes Pereira, OAB/MS nº 1.332.** **6) Inquérito Civil nº 06.2018.00002819-1** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual fraude em processo licitatório e fornecimento de mercadorias destinadas a merenda escolar e materiais de



expedientes adquiridos pelo município de Nova Alvorada do Sul-MS. **7) Inquérito Civil nº 06.2018.00002916-8** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Água Clara/MS - Assunto: Apurar eventuais irregularidades quanto a não implementação de Sistema de Descarte de Esgoto Adequado em todos os domicílios do território do município de Água Clara/MS, urbanos e rurais. (IC nº 08/2014, migrado para o SAJMP). **8) Inquérito Civil nº 06.2018.00003037-5** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Conágua Ambiental Ltda., e Jailton José de Lima - Assunto: Apurar supostos abusos na utilização da Autorização Ambiental para Manejo de Ictiofauna na UHE São Domingos, consistentes na realização de pesca fora dos limites permitidos e na utilização de petrechos ilegais. (IC nº 01/2015, migrado para o SAJMP). **Advogados: Hugo Leonnardo Gomides do Couto, OAB/GO nº 46.627 e Marília Cláudia Martins Vieira e Couto, OAB/GO nº 32.281 (MM Marília Martins ADVOCACIA E CONSULTORIA).** **9) Inquérito Civil nº 06.2018.00003046-4** - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Água Clara - Assunto: Apurar as irregularidades do transporte escolar das crianças e adolescente moradores da zona rural deste município de Água Clara, especificamente, a falta de transporte, falta de itens de segurança e o tempo de permanência dentro do transporte durante o trajeto. **10) Inquérito Civil nº 06.2018.00003467-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE - Assunto: Apurar a regularidade do lançamento de efluentes líquidos das estações de tratamento de esgoto do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de São Gabriel do Oeste/MS, no Rio Coxim. **11) Inquérito Civil nº 06.2019.00000344-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar potenciais danos ao meio ambiente decorrentes da instalação de pequena central hidrelétrica, denominada PCH-Cipó, no córrego Água Branca, localizada nos municípios de Sonora e Pedro Gomes. **12) Inquérito Civil nº 06.2019.00000885-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual malversação de recursos públicos consistente no repasse do valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) pelo Executivo Municipal à Federação de Motociclismo do Estado de Mato Grosso do Sul para realização de evento esportivo. **13) Inquérito Civil nº 06.2019.00001404-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: LITORALM Comércio de Produtos Médicos Eireli ME e a Prefeitura Municipal de Água Clara - Assunto: Apurar suposta irregularidade no fornecimento de materiais de higiene pessoal pela empresa LITORALM Comercio de Produtos Médicos Eireli ME, pelo processo administrativo nº 144/2017, Pregão Presencial nº 052/2017. **Advogados: Cristian Roberto Perin, OAB/RS nº 59.027, Gabriel Biazzi, OAB/RS nº 83.068 e Suelen Mara Novatvoski, OAB/RS nº 109.651.** **14) Inquérito Civil nº 06.2019.00001702-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Mardônio Gonçalves Silva - Assunto: Apurar o contido no auto de infração 20983, constante em supressão de vegetação nativa objeto de preservação na fazenda Santa Helena em Naviraí. **15) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000187-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Anderson de Matos Elástico, Saga Agrícola - Elástico Comércio e Representações Ltda. EPP - Assunto: Colher elementos que permitam a tomada de compromisso de ajustamento de conduta com o requerido Anderson de Matos Elástico (Saga Agrícola - Elástico Comércio e Representações Ltda. EPP), em virtude de constatação de vendas de agrotóxicos para o município de Costa Rica em desacordo com a legislação estadual. **16) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000200-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Anderson Camargo Baragão - Assunto: Apurar eventual acumulação de cargos e remuneração exercidos pelo servidor público de Miranda Anderson Camargo Baragão, em desconformidade com o disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição da República/88. **17) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000556-9 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Mundo Novo. **18) Inquérito Civil nº 06.2020.00000741-2** - 2ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Igreja Pentecostal “Salvando Vidas para Cristo” - Assunto: Apurar a notícia de que a Igreja Pentecostal Salvando Vidas Para Cristo, localizada na Avenida Amambai, nº 1439, na cidade de Naviraí, estaria deixando de observar procedimentos sanitários de ordenamento de cidadãos que não são mantidos com correta separação entre eles e permanecem em ocupação acima da permitida, colocando em risco a saúde deles e da coletividade, dentre outras irregularidades, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19). **19) Inquérito Civil nº 06.2020.00000180-7** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Dourados e a Taurus Distribuidora de Petróleo Ltda. - Assunto: Apurar eventual irregularidade na cessão de área pública pelo Município de Dourados à empresa Taurus Distribuidora de Petróleo Ltda. **20) Inquérito Civil nº 06.2019.00001013-9** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível irregularidade cometida pelo Município de Terenos/MS, na contratação



de enfermeiros por tempo determinado. **21) Inquérito Civil nº 06.2019.00000222-8** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Angélica - Assunto: Apurar eventual omissão da Prefeitura Municipal de Angélica quanto à instalação de sistema de drenagem pluvial no Bairro Industrial do município de Angélica/MS. **22) Inquérito Civil nº 06.2018.00001759-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Rio Negro - Assunto: Apurar eventual desvio de verba pública destinada ao pagamento dos municipais de Rio Negro-MS, durante a gestão 2013-2016. (IC nº 03/2015, migrado para o SAJMP). **23) Inquérito Civil nº 06.2018.00001701-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação Beneficente de Rio Negro - Assunto: Apurar irregularidades no Hospital e Maternidade Idimaque Paes Ferreira - Rio Negro/MS. (IC nº 16/2016, migrado para o SAJMP). **24) Inquérito Civil nº 06.2018.00001455-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hécio Kamano-ME - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da operação de empreendimento potencialmente poluidor (extração de água mineral), sem a devida licença de operação. (IC nº 02/2017, migrado para o SAJMP). **25) Inquérito Civil nº 06.2016.00000924-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia - Requerente: Denúncia anônima - Requeridos: Município de Brasilândia e Rosângela Vieira dos Santos - Assunto: Apurar eventual irregularidade, favorecimento e desvio de função da servidora Rosângela Vieira dos Santos, Secretária Escolar, que há muito atua irregularmente em cargo comissionado na Secretaria de Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Brasilândia. **26) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001917-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual intervenção da empresa Transenge na estrada que liga Terenos/MS à Ponte do Grego.

Campo Grande, 17 de junho de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE DECISÃO DE RECURSO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que na licitação Pregão Eletrônico nº 4/PGJ/2020 (Processo PGJ/10/0330/2020), por decisão da Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, o recurso interposto pela licitante DPS Gonçalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda. foi conhecido e, no mérito, teve seu provimento negado. Outrossim, foi mantida a decisão de recusa da intenção de recurso da licitante Ermes L. Biazus Junior Comercio Atacadista e Varejista.

Campo Grande, 17 de junho de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS
Ordenadora de Despesa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000231 DE 15.06.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1808/2020**

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.410,00 (um mil quatrocentos e dez reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000231 de 15.06.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000232 DE 15.06.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1808/2020

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000232 de 15.06.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000233 DE 15.06.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1808/2020

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000233 de 15.06.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/1624/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **R P N DE ALENCAR ENGENHARIA AMBIENTAL E CIVIL**, representada por **Rafael Portela Novaes de Alencar**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a execução de serviços de fornecimento e instalação de paredes de *drywall* com instalação de portas, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, para atender ao prédio/sede das Promotorias de Justiça de Terenos/MS.

Valor total: R\$ 10.626,00 (dez mil seiscentos e vinte e seis reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000214, de 22 de maio de 2020.

Vigência: 16.06.2020 a 16.12.2020.

Data de assinatura: 16 de junho de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/1685/2020

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**, com a interveniência da **Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul**, representada por sua Diretora, **Jaceguara Dantas da Silva**;

2- **EAD ENSINAR TECNOLOGIA DA INFORMACÃO LTDA**, representada por **Antonio Cesar Reis Barros**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de consultoria para a implantação do Núcleo de Ensino a Distância para atender a Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (ESMP-MS).

Valor total da contratação: R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000223, de 02.06.2020.

Vigência: 16.06.2020 a 16.12.2020.

Data da assinatura: 16 de junho de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/1717/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **C. E. SILVÉRIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRAS EIRELI**, representada por **Cristiano Echeverria Silvério**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 c/c Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de adequação de recepção, incluído o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, na sede das Promotorias de Justiça de Bela Vista/MS.

Valor total: R\$ 31.600,00 (trinta e um mil e seiscentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000225, de 4 de junho de 2020.

Vigência: 16.06.2020 a 16.12.2020.

Data de assinatura: 16 de junho de 2020.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/1808/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SUPERAR EIRELI**, representada por **Josiane Bagatoli**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Valor contratual total: R\$ 2.910,00 (dois mil novecentos e dez reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE000231, 2020NE000232, 2020NE000233, todas de 15.06.2020.

Vigência: 17.06.2020 a 17.06.2021.

Data de assinatura: 17 de junho de 2020.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/PGJ/2018

Processo: PGJ/10/4394/2017

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA**, representada por **Perácio Feliciano Ferreira**.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0015/2017, Processo Licitatório nº 0053/2017, na modalidade Pregão Eletrônico, realizada pelo CRA-SC – Conselho Regional de Administração de Santa Catarina.

Amparo legal: Artigo 57, § 1º, inciso III, da Lei 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogação de vigência** contratual por 12 (doze) meses, sem ônus para o erário.

Vigência: 15.06.2020 a 15.06.2021.

Data de assinatura: 10 de junho de 2020.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE002136 DE 16.06.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1827/2020

Credor: NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 11/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 10/PGJ/2019**.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente (envelopes, espiral e filme *stretch*), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 322,00 (trezentos e vinte e dois reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE002136 de 16.06.2020, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE002137 DE 16.06.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1828/2020

Credor: MORENA COMÉRCIO & SERVIÇO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 11/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 10/PGJ/2019**.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente (envelopes, espiral e filme *stretch*), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 6.248,00 (seis mil duzentos e quarenta e oito reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE002137 de 16.06.2020, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE002141 DE 16.06.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1824/2020**

Credor: V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 49/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de materiais de processamento de dados (cartuchos, mídias, discos rígidos, etc.), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 190,00 (cento e noventa reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE002141 de 16.06.2020, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL N. 0004/2020/07PJ/CBA**

Autos do Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001754-3

A 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção à Infância e Juventude, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas 09.2020.00001754-3, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, 1.630, Aeroporto, Edifício do Fórum, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça.

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Acompanhar as ações de enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no município de Ladário/MS.

Corumbá/MS, 10 de junho de 2020.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça, em substituição legal

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**ANASTÁCIO****EDITAL N. 0004/2020/PJ/ANC**

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2020.00000295-0, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio (MS), e cujos autos também podem ser acessados via *Internet*, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil N. 06.2020.00000295-0;

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio;

Requerido: João Antonio Moreira da Silva;

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Agropecuária E Confinamento Antônio Flávio", tal como consta na Ficha Cadastral nº 1036, no âmbito do Programa SOS Rios.

Anastácio, 19 de maio de 2020.

JOÃO MENECHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0005/2020/PJ/ANC**

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2020.00000301-6, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio (MS), e cujos autos também podem ser acessados via *Internet*, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil N. 06.2020.00000301-6;

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio;

Requerido: Neide Marrani De Queiroz.;

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Fazenda Indiana", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0690, no âmbito do Programa SOS Rios.

Anastácio, 19 de maio de 2020.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0007/2020/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2020.00000323-8, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio (MS), e cujos autos também podem ser acessados via *Internet*, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil N. 06.2020.00000323-8;

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio;

Requerido: Antonio Carlos Sábio;

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Recanto Fraternal", tal como consta na Ficha Cadastral nº 1033, no âmbito do Programa SOS Rios.

Anastácio, 22 de maio de 2020.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0009/2020/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2020.00000727-8, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio (MS), e cujos autos também podem ser acessados via *Internet*, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil N. 06.2020.00000727-8;

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Manoel Gerisvaldo Cavalcante, ITAMAR TEIXEIRA SENA;

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Sítio De Recreio - Chácara Pesqueiro Da Barra - Lote 14.", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0316, no âmbito do Programa SOS Rios.

Anastácio, 02 de junho de 2020.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0010/2020/PJ/ANC**

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2020.00000330-5, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio (MS), e cujos autos também podem ser acessados via *Internet*, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil N. 06.2020.00000330-5;

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio;

Requeridos: Donaldo Leão Sandim, Aurora de Fátima Alves de Oliveira Sandim;

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Sítio De Recreio - Chácara Pesqueiro Da Barra - Lote 63.", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0218, no âmbito do Programa SOS Rios.

Anastácio, 08 de junho de 2020.

JOÃO MENECHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0011/2020/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2020.00000380-5, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio (MS), e cujos autos também podem ser acessados via *Internet*, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil N. 06.2020.00000380-5;

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio;

Requerido: Jonas Chaves Júnior;

Assunto: Apurar eventual irregularidade jurídico ambiental no imóvel denominado "Sitiocas Lambari – Lote 19" tal como consta na Ficha Cadastral nº 0271, no âmbito do Programa SOS RIOS.

Anastácio, 08 de junho de 2020.

JOÃO MENECHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0013/2020/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2020.00000347-1, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio (MS), e cujos autos também podem ser acessados via *Internet*, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil N. 06.2020.00000347-1;

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio;

Requerido: Hastímphilo Roxo, Luiza Aparecida Pasqualin Roxo;

Assunto: Apurar eventual irregularidade jurídico ambiental no imóvel denominado "Sitiocas Lambari – Lote 02", tal como consta na Ficha Cadastral nº 1019, no âmbito do Programa SOS RIOS.

Anastácio, 08 de junho de 2020.

JOÃO MENECHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0014/2020/PJ/ANC**

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2020.00000356-0, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio (MS), e cujos autos também podem ser acessados via *Internet*, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil N. 06.2020.00000356-0;

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio;

Requerido: Sociedade Missionária Ebenezer;

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel sem denominação, tal como consta na Ficha Cadastral nº 1070, no âmbito do Programa SOS Rios.

Anastácio, 08 de junho de 2020.

JOÃO MENEGBHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0015/2020/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2020.00000358-2, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio (MS), e cujos autos também podem ser acessados via *Internet*, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil N. 06.2020.00000358-2;

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio;

Requerido: Arnaud de Almeida Braga, Arilda Correa Fialho Braga, Dolvino Bernart;

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Estância Revanche.", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0954, no âmbito do Programa SOS Rios.

Anastácio, 08 de junho de 2020.

JOÃO MENEGBHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0016/2020/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2020.00000339-3, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio (MS), e cujos autos também podem ser acessados via *Internet*, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil N. 06.2020.00000339-3;

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio;

Requerido: André Ferreira Malta, Michelly Martins de Souza;

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Rancho do Degas.", tal como consta na Ficha Cadastral nº 1034, no âmbito do Programa SOS Rios.

Anastácio, 09 de junho de 2020.

JOÃO MENEGBHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0017/2020/PJ/ANCPJ/ ANASTÁCIO/MS**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1445, Jardim América, Anastácio/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000376-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Sidnei Dal Bosco., J. A. Dos Santos E Cia Ltda.

Assunto: Apurar eventual irregularidade jurídico ambiental no imóvel denominado Sitiocas Lambari – Lote 30, tal como consta na Ficha Cadastral nº 1008, no âmbito do Programa SOS RIOS.

Anastácio/MS, 08 de junho de 2020.

JOÃO MENEGBINI GIRELLI

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0018/2020/PJ/ANCPJ/ANASTÁCIO/MS

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1445, Jardim América, Anastácio/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000378-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Arcidio Estravis Peres.

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Sitiocas Lambari - Lote 31", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0758, no âmbito do Programa SOS Rios.

Anastácio/MS, 08 de junho de 2020.

JOÃO MENEGBINI GIRELLI

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0019/2020/PJ/ANC/PJ/ ANASTÁCIO/MS

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, n. 1445, Jardim América, CEP 79210-000, Anastácio/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000402-6.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Akira Otsubo e Orival Alves Leme.

Assunto: “Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado 'Sitiocas Lambari - Lotes 04 – 05', tal como consta na Ficha Cadastral nº 0760, no âmbito do Programa SOS Rios.”

Anastácio/MS, 04 de junho de 2020.

JOÃO MENEGBINI GIRELLI

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0020/2020/PJ/ANC//PJ/ ANASTÁCIO/MS**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, CEP 79210-000, Anastácio/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000405-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Romero Administradora de Imóveis Ltda.

Assunto: Apurar eventual irregularidade jurídico ambiental no imóvel denominado Chácara Nossa Senhora Aparecida, tal como consta na Ficha Cadastral nº 1031, no âmbito do Programa SOS RIOS.

Anastácio/MS, 08 de junho de 2020.

JOÃO MENECHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0021/2020/PJ/ANC/ANASTÁCIO/MS

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000406-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Sérgio Ota

Assunto: “Apurar eventual irregularidade jurídico ambiental no imóvel denominado "Rancho do Paulo Ota", tal como consta na Ficha Cadastral nº 1030, no âmbito do Programa SOS RIOS.”

Anastácio/MS, 08 de junho de 2020.

JOÃO MENECHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0022/2020/PJ/ANC/PJ/ ANASTÁCIO/MS

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1445, Jardim América, Anastácio/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000439-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Carlos Davi Dos Santos

Assunto: Apurar eventual irregularidade jurídico ambiental no imóvel denominado Chácara Paraíso, tal como consta na Ficha Cadastral nº 1073, no âmbito do Programa SOS RIOS.

Anastácio/MS, 08 de junho de 2020.

JOÃO MENECHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0023/2020/PJ/ANC/PJ/ANC/MS**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Juscelino Kubitschek, nº 1445, Jardim América, Anastácio/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000602-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ito Ribeiro Malta

Assunto: “Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Sítio De Recreio - Chácara Pesqueiro Da Barra - Lote 67.", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0246, no âmbito do Programa SOS Rios.”

Anastácio/MS, 08 de junho de 2020.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0024/2020/PJ/ANC/PJ/ ANASTÁCIO/MS

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1445, Jardim América, Anastácio/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000657-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Eduardo Nascimento Oliveira.

Assunto: "Apurar desmatamento de 5,97 hectares em área de Savana (Cerrado) Arborizada (campo cerrado, cerrado, cerrado aberto) – Sem floresta-de-galeria (Sas) e Vegetação Ciliar – Aluvial (Fa), na Fazenda Santa Rosa, em Anastácio/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 183/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental)".

Anastácio/MS, 08 de junho de 2020.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0025/2020/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000693-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Gildo Ditti Gunzi.

Assunto: “Apurar eventual irregularidade jurídico ambiental no imóvel denominado 'Chácara Caiçara', tal como consta na Ficha Cadastral nº 0764, no âmbito do Programa SOS RIOS.”

Anastácio/MS, 05 de junho de 2020.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0026/2020/PJ/ANC/ 2020/ PJ/ ANASTÁCIO/ MS**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1445, Jardim América, Anastácio/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000321-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cirlei Terezinha Sguissardi

Assunto: "apurar eventual irregularidade jurídico-ambiental no imóvel denominado "Estância Charrua", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0180, no âmbito do Programa SOS RIOS."

Anastácio/MS, 15 de junho de 2020.

JOÃO MENECHINI GIRELLI

Promotor de Justiça

BONITO**EDITAL N. 0031/2020/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n. 09.2020.00001246-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Associação Pestalozzi de Bonito-MS

Assunto: analisar os documentos encaminhados pela Associação Pestalozzi de Bonito, para fins de se cadastrar como entidade beneficiária de TAC

Bonito – MS, 08 de maio de 2020.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0032/2020/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2020.00000499-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Agropecuária Mendes e Alves LTDA

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Acordo Extrajudicial firmado no bojo do Inquérito Civil n. 06.2020.000000651-3, entre o MP/MS e Agropecuária Mendes e Alves LTDA., relativo a danos ambientais da propriedade Fazenda Nossa Senhora de Nazareth (matrícula n. 11100, ficha n. 1, livro n. 2 - CRI Bonito/MS).

Bonito – MS, 08 de maio de 2020.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**NOVA ALVORADA DO SUL**

EDITAL Nº 0005/2020/PJ/NAAD

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Procedimento Preparatório abaixo relacionado:

Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000729-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual violação ao Princípio da Impessoalidade em atos administrativos do Poder Executivo Municipal.

Nova Alvorada do Sul/MS, 15 de junho de 2020.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0006/2020/PJ/NAAD

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Alvorada do Sul/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marcelino Ridsen, nº 1040, Centro, Nova Alvorada do Sul/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000620-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gilson Flauzino da Silva

Assunto: Apurar desmatamento de 1,02 hectares em área de Savana (cerrado), na Chácara Paraíso, em Nova Alvorada do Sul, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 399/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental – 2016-2017).

Nova Alvorada do Sul/MS, 15 de junho de 2020.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0007/2020/PJ/NAAD

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Alvorada do Sul/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marcelino Ridsen, nº 1040, Centro, CEP 79140-000, Nova Alvorada do Sul/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000605-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Ademir Batista de Oliveira.

Assunto: “Apurar a supressão de vegetação nativa em área de de 2,66 hectares na Fazenda Lambary Desbarrancado, em Nova Alvorada do Sul-MS, que teria ocorrido sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 401/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Nova Alvorada do Sul/MS, 15 de junho de 2020.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça



COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PORTO MURTINHO

EDITAL N. 0017/2020/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, o qual se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001956-3

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Fiscalizar e acompanhar as medidas excepcionais adotadas pela Rede Municipal de Ensino, devido à pandemia causada pelo COVID-19, bem como a reorganização dos calendários escolares e ações que serão implementadas após o transcurso do período de aulas presenciais.

Porto Murtinho, 16 de junho de 2020.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

SONORA

06.2020.00000145-1**EDITAL Nº 0006/2020/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2020.00000145-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90 -Centro, em Sonora-MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2020.00000145-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Sonora

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa relacionados à irregularidades ou ilegalidades na contratação de prestadores de serviço no Poder Legislativo de Sonora, em especial, da empresa de segurança Inviolável, contratada para a realização de serviços de vigilância e segurança da Câmara de Vereadores.

Sonora-MS, 15 de junho de 2020.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça